

Bird negocia com os Estados

Recife — Três Estados — Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Sul — aceitaram oferecer a contrapartida de 50 por cento ao empréstimo do Banco Mundial (Bird) para o desenvolvimento de projetos nas regiões metropolitanas, através da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos. A decisão dos Estados fez com que o empréstimo de 180 milhões de dólares — que havia sido suspenso há cinco meses, com a recusa do Governo Federal de bancar a contrapartida — voltasse a ser negociado e poderá ser acertado no final deste mês, quando chega a missão do Bird ao Brasil, e assim ser liberado em janeiro de 1990.

A informação foi prestada ontem pelo secretário-geral adjunto do Ministério dos Transportes, Walter Luna, que veio a Recife para discutir, com o prefeito da capital, Joaquim Francisco, o Governo do Estado e a prefeitura de Jaboatão (áreas previstas no programa do Bird) a aplicação dos recursos. O secretário revelou que os outros Estados, cujas regiões metropolitanas estão inseridas no programa Bird 4 (exercício de 1989), podem aderir ao novo projeto (Bird 5), que prevê a interdição de ações novas ou continuidade das previstas no Bird 4.

“Espero que as outras prefeituras das regiões metropolitanas do País, como também os governos dos Estados decidam também oferecer a contrapartida”, disse Walter Luna. Até o acordo para implementação do Bird 4, as prefeituras e os governos de Estados bancavam apenas 30 por

cento da contrapartida, enquanto a União os outros 20 por cento. Como agora vão bancar integralmente, por causa da recusa do Governo Federal, as prefeituras e os governos, segundo Walter Luna, devem fazer grandes ações, como a pavimentação de ruas e corredores de ônibus e trólebus. “Ações pequenas, como colocação de abrigo de ônibus, não devem constar no programa, porque os Estados e prefeituras têm condições de bancá-las”, explicou.

O montante de recursos a ser liberado para cada Estado dependerá da capacidade de endividamento e do pagamento de cada prefeitura municipal e Governo do Estado. O secretário do Ministério dos Transportes disse que a forma de pagamento ainda não foi definida, ou seja, qual a taxa de juros e o prazo de carência. “Só quando negociarmos com a missão do Banco Mundial isso será definido”, disse. Mas, pelo contrato anterior, a CBTU já estimou os valores para os três Estados, que concordaram em bancar integralmente a contrapartida: Pernambuco, 32 milhões de dólares; Ceará, 22 milhões de dólares; e Rio Grande do Sul, 28 milhões de dólares. Esses valores, porém, poderão ser alterados — para mais ou menos — depois da avaliação das condições de endividamento e pagamento de cada Estado. Poderão ser contempladas pelo empréstimo do Bird 32 regiões metropolitanas distribuídas nos nove Estados que firmaram o empréstimo para tocar obras através da CBTU nos últimos anos.